



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada nos dias
05 e 06/12/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 31

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada nos dias
05 e 06/12/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 31

Aos cinco dias do mês de dezembro de dois mil e dezasseis, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Paulo Jorge Campos Vicente, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alberto Fernandes Logrado;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:45 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO
2. APROVAÇÃO DA ATA N.º 27, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2016
3. REQ. N.º 1968/16, DATADO DE 2016/11/22 – PC N.º 214/15, DATADO DE 2015/06/22 – BANCO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO, S.A.
4. REQ. N.º 1972/16, DATADO DE 23/11/2016 – PC N.º 470/16, DATADO DE 07/11/2016 – CARLA CATARINA COSTA MONTEIRO
5. REQ. N.º 1304/16, DATADO DE 01/08/2016 – PC N.º 313/16, DATADO DE 01/08/2016 – ERMELINDA PEREIRA FERREIRA SAPATEIRO MATIAS
6. REQ. N.º 1851/16, DATADO DE 02/11/2016 – PC N.º 404/15, DATADO DE 02/11/2015 – ASSOCIAÇÃO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVA CASAL GALEGO

7. REQ. N.º 713/15, DATADO DE 21/05/2015 – PC N.º 153/14, DATADO DE 09/05/2014 – BRITOMOLDES - FABRICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE MOLDES METÁLICOS, LDA.
8. REQ. N.º 1716/16, DATADO DE 12/10/2016 – PC N.º 32/15, DATADO DE 02/02/2015 – VANGEST – ENG.ª FINANCEIRA E GESTÃO, S.A.
9. E/9187/2016 - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE GÁS NATURAL-LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
10. REQ. N.º 1605/16, DATADO DE 21/09/2016 – PC N.º 90/10, DATADO DE 04/05/2010 – JÚLIO MANUEL PEREIRA E MARIA ISABEL CONSTÂNCIO DOS SANTOS PEREIRA
11. REQ. N.º 2004/16, DATADO DE 28/11/2016 – PC N.º 489/16, DATADO DE 28/11/2016 – BLEACH DESIGN UNIPessoal, LDA.
12. REQ. N.º 1201/16, DATADO DE 14/07/2016 – PC N.º 286/16, DATADO DE 14/07/2016 – BLEACH DESIGN UNIPessoal, LDA.
13. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS
14. ANULAÇÃO ADMINISTRATIVA DA DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 25 DE MAIO DE 2016, APROVADA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 28 DE JUNHO DE 2016 – 1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE PARA 2016.
15. *“TRANSPORTES ESCOLARES E DE INTERESSE MUNICIPAL E RELEVANTE NO ÂMBITO DE PROJETOS EDUCATIVOS, CULTURAIS, SOCIAIS E DESPORTIVOS APOIADOS PELO MUNICÍPIO - ANO 2017”*. ABERTURA DE PROCEDIMENTO.
16. REABILITAÇÃO E PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE NO LARGO DA REPÚBLICA – VIEIRA DE LEIRIA – CONCURSO PÚBLICO 04/2016 – APROVAÇÃO DE TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES E TRABALHOS A MAIS
17. APRECIAÇÃO DE CANDIDATURAS APRESENTADAS NO 4º TRIMESTRE DE 2015 e NO 1º E 2º TRIMESTRE DE 2016 SUJEITAS A AUDIÊNCIA PRÉVIA E DE CANDIDATURAS APRESENTADAS NO 3º TRIMESTRE DO ANO 2016, RELATIVAS AO INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE

18. APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO POOLNET – PORTUGUESE TOOLING NETWORK, NO ÂMBITO DA PROMOÇÃO DA MARCA “ENGINEERING & TOOLING FROM PORTUGAL” E DA “SEMANA DE MOLDES”

19. RESUMO DE TESOURARIA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.

Inscreveram-se e foram atendidos os seguintes munícipes:

1 - Sr. Mário Rui de Oliveira Matos, residente na Charneca da Sapinha, S/N - Moita, Marinha Grande, que veio novamente à reunião para falar sobre o PDM da Moita, uma vez que foi ver os condicionalismos da REN relativamente ao seu terreno. Seguidamente citou a lei, na parte em que se refere ao apoio aos agregados familiares que necessitem de construir. Questionou o porquê de a revisão ao PDM demorar 3 a 6 anos, que considera ser muito tempo. Por último referiu que o seu terreno não é pinhal, e está registado nas Finanças como terreno urbanizável e é assim que paga o IML.

2 – Sr. Juventino Domingues Fernandes, residente na Rua da Várzea, 45, Marinha Grande, em representação do ACM – Atlético Clube Marinhense. Começou por referir que gostaria de não estar aqui, mas a verdade é que o problema relativo ao apoio ao ACM não se resolve, apesar de o Presidente estar sempre disponível. Preocupa-o porque o fornecedor do sintético tem um cheque que vai accionar, nesta altura não tem cobertura e ainda não conseguiram receber o dinheiro da Câmara, porque na sua opinião há serviços que “emperram” as coisas. O Presidente tem-lhe dito que se vai resolver mas a verdade é que ainda não se resolveu. Não pretende criar problemas, mas também não quer que lhos criem. Terminou a intervenção agradecendo ao Presidente e aos Vereadores a sua disponibilidade, mas criticando os serviços.

3 – Sr. Dr. Francisco José Almeida Gomes, residente na Rua de Leiria, 112, Marinha Grande, Administrador do grupo hoteleiro Hotéis Cristal, que começou a sua intervenção distribuindo a todo o executivo cópia de um requerimento dirigido à Câmara, sobre a questão que vem abordando relativa ao preço da água do Mariparque.

Referiu que nos últimos dois anos é a quinta vez que vem à Câmara para falar deste assunto, que pretende ver resolvido, à semelhança do que acontece noutros municípios. Já enviou por e-mail a fundamentação que serviu para a Câmara de Leiria criar um regime de exceção para o preço da água, e pretende que seja criado também para o Mariparque. Seguidamente leu o artigo da Lei das Finanças Locais que diz que o valor das taxas não deve ser inferior aos custos.

Referiu que está em causa um investimento, conforme a maquete que se encontra junto dos documentos que distribuiu. Se a Câmara considera que este investimento não é bom para o concelho então que o diga, que ele será feito noutro local, se é bom então que faça andar o processo.

Terminou pedindo atenção ao requerimento que agora entregou, porque está disponível para fazer já o investimento aí apontado, que considera ser benéfico para a Marinha Grande.

4 - Sr. Júlio Franco Rosa, residente na Rua General Humberto Delgado, n.º 20, Marinha Grande, que agradeceu ao Sr. Presidente já terem sido resolvidos os alertas que deixou na sua última intervenção relativos aos passeios da Rua da Figueira e em Casal do Malta. Ainda bem que foram resolvidos, pois assim todos ganham.

Seguidamente abordou os seguintes assuntos:

- Passeio em mau estado – junto à antiga BP, até ao corte a caminho da Escola Calazans, e depois, junto à Escola Preparatória, também está em mau estado. Ao pé do Infantário Arco-Íris também está muito mal, há uma placa, que parece ser da EDP, que está destruída, assim como uma do lado da Escola Calazans.
- Acesso ao mercado do lado sul – foi reparado mas já está outra vez em mau estado.
- Computadores da Biblioteca Municipal – não ficou satisfeito com a resposta que a Sr.ª Vereadora lhe deu, porque a situação não é de agora. Dos 5 ou 6 computadores já só funciona um, que é utilizado sempre pela mesma pessoa. Entende que a cultura não se esgota nas escolas, e hoje a internet é importante para o conhecimento. Deixa o alerta para a Sr.ª Vereadora ter mais sensibilidade para este assunto, uma vez que tem a área da cultura.

5 – Sr. João E. Cruz, residente na Av.ª Vítor Gallo, n.º 9, 3.º O, Marinha Grande, que começou por agradecer o poder de participar no exercício da cidadania ativa e de a reunião estar a ser gravada, lamentando apenas que os munícipes não fiquem na imagem.

Agradeceu já ter sido feita a poda das árvores, e referiu que o assunto que hoje traz se refere à falta de limpeza das linhas de água, que não compete só à Câmara mas também aos proprietários.

Alertou para a necessidade de limpeza da vala que atravessa a Rua dos Baroseiros e a Rua Carlos Silva Couceiro, de modo a regularizar os caudais.

Terminou perguntando se já foi feito o levantamento das fontes de risco e se estão identificadas.

O Sr. Presidente respondeu o seguinte às questões colocadas:

- ⇒ Sr. Mário Matos – trata-se de uma zona de pinhal, está em elaboração a revisão do PDM e os afastamentos são entre a zona urbana e as matas. Mas não estão em causa apenas os afastamentos mas também a falta de infra-estruturas, uma vez que referiu a falta da rede de águas e saneamento.
- ⇒ A.C.M. – já assinou o contrato-programa e o Sr. Juventino sabe do seu empenhamento. Hoje mesmo, de manhã, pediu que o contrato assinado transite rapidamente para a contabilidade, para se fazer o pagamento, por isso pensa que tudo se irá resolver.
- ⇒ Mariparque – as autarquias têm autonomia financeira, mas há regras e na água temos a entidade reguladora (ERSAR), que retira alguma autonomia, situação que já reportou ao Sr. Secretário de Estado. O setor de água tem que ser auto-suficiente. Os serviços estão a ver junto da ERSAR a possibilidade de fazer essas discriminações positivas.
Sobre o que se passa em Leiria, informou que o tarifário da Câmara de Leiria é de 2007, já não está em vigor, e era anterior à fiscalização da ERSAR.
- ⇒ Sr. Júlio Rosa – tomou a devida nota dos reparos que fez e irá reportá-los aos serviços. Em relação aos computadores, informou que já está em andamento uma aquisição de computadores, que contemplará também a atualização dos da Biblioteca.
- ⇒ Sr. João Cruz – compete aos proprietários fazer a limpeza das suas margens. Já este ano a Câmara procedeu à limpeza, dentro da malha urbana, das linhas que são da sua competência. Os serviços da Proteção Civil têm identificado os pontos com interrupção das linhas de água, algumas devido a construções abusivas. As linhas de água não servem só para transportar as águas mas também servem para drenar os terrenos, impedindo assim que se inundem.
Vai pedir aos serviços para verem o que se passa com a linha de água da Rua dos Baroseiros.
- ⇒ Em relação às árvores informou que a poda já foi efectuada.

A Sr.ª Vereadora respondeu o seguinte:

- ⇒ Apesar de o Sr. Júlio já não estar presente, informou, tal como os Srs. Vereadores sabem, que está a decorrer um procedimento para aquisição de computadores, onde se inclui também a Biblioteca. O fornecedor não garante a entrega este ano, pelo que deverá haver um pedido à Assembleia Municipal para a plurianualidade.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Vereador Vítor Pereira cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

- ⇒ Protestou uma vez mais pelo facto de ainda não ter sido alterado o Regimento e por ter que utilizar o seu tempo para falar sobre as intervenções dos munícipes.
- Sr. Mário – está bem entregue, porque como constatou o Sr. Vereador Carlos Logrado vai resolver o assunto.
 - Sr. Juventino – trata-se do ACM, é um problema velho e com barbas e é urgente resolver.
 - Dr. Almeida Gomes – o que o Presidente diz sobre as exigências da ERSAR e o utilizador/pagador é sempre o mesmo, só que isto é fruto de uma gestão deficiente, que vem desde a entrega pelo PS do saneamento à SIMLIS, e faz com que hoje se lhe pague um valor enorme. Os munícipes não são culpados dessa má gestão do PS e hoje o custo da água é grande.
Atualmente há uma solução governativa suportada também pelo PCP. A nível da elaboração do Orçamento de Estado o PCP propôs uma alteração das competências da ERSAR, de modo a permitir aos municípios fixar os valores, restituindo-lhe assim a autonomia. Neste quadro, convém o Sr. Presidente questionar o Secretário de Estado se esta proposta do PCP foi ou não aceite. Como está tudo ligado, o munícipe está à espera que o município tenha autonomia para fazer a alteração das tarifas.
 - Sr. Júlio – é importante que traga aqui a comunicação de que alguns problemas foram resolvidos.
 - Sr. Cruz – as linhas de água são importantes, a Marinha Grande tem grandes problemas nesta área, embora alguns sejam da responsabilidade dos proprietários.
- ⇒ Passagem de ano na Praia da Vieira – quer ver bem explicada esta iniciativa, que defende, mas é bom não esquecer que se está a falar de dinheiros públicos.
Vem o mesmo artista, os custos vão ser os que foram ditos, quem vai gerir os fundos? A BIR não tem direção, e se não houver interlocutores em termos de coletividade, poderá a Câmara assumir. Os comerciantes foram consultados? (O Dr. Almeida Gomes respondeu que não).
- ⇒ E-mail's institucionais – antes do início da reunião foi com o Vereador Aurélio à Informática e os funcionários disseram-lhe que só com autorização do Presidente. Isto é ridículo, por isso pede ao Presidente para dar a ordem, de modo a que possam recuperar os e-mail's, porque senão continua a acontecer como até aqui, em que as coletividades enviam convites e os Vereadores não os recebem.
- ⇒ Aquisição de computadores – quando esteve com o Vereador Aurélio na Informática os funcionários queixaram-se, e informaram-nos que foi prevista uma verba significativa. Assim, gostava de ser informado sobre o andamento do procedimento.

O Sr. Vereador António Santos cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

- ⇒ Os assuntos que o público trouxe são muito graves, tanto o Mariparque como o ACM, porque disseram que o problema não é político mas de bloqueio administrativo. Por isso pede ao Presidente que depois da reunião reúna com os Chefes de Divisão para lhes exteriorizar o que aqui se passou. O corpo administrativo tem que ser a solução e não um problema.
- ⇒ O Mariparque não pediu nada, quer fazer investimento e a Câmara deve dar todo o apoio.
- ⇒ A situação do ACM tem que ser resolvida, e não admite que a parte administrativa bloqueie a resolução. Têm que estar ao lado do munícipe e não do lado do problema.
- ⇒ Sr. Mário – não vai comentar, porque o assunto tem que ser analisado juridicamente.
- ⇒ Sr. Júlio – é de enaltecer a resolução de alguns problemas, o que significa que a Câmara está a ouvir.
- ⇒ Quer enaltecer também:
 - CMMG – vem publicado no jornal que é a terceira autarquia a nível nacional em termos de eficiência financeira.
 - FAG – é um evento nacional, e é de enaltecer quem organiza e quem lá está. O ano passado criticou o *stand* da Junta de Freguesia da Vieira, mas este ano está melhor, o da Junta de Freguesia da Marinha Grande está excelente e o da Junta de Freguesia da Moita também está bom.
Na sua opinião a Câmara devia promover um pavilhão para divulgar o prémio que ganhou com o arroz de marisco. Se foi um prémio nacional porque não promove-lo?
 - André Rodrigues – nadador de *bodyboard*, que é da Vieira e treina na Praia da Vieira, ganhou um prémio a nível nacional, sub-18. Parabéns para ele e para a família.
- ⇒ Falou informalmente com o Presidente da Câmara de Leiria e nessa conversa ele perguntou-lhe quando é que a Marinha Grande acabava a Rua do Repouso. Respondeu-lhe que não vai haver obra nenhuma, porque não houve nem vai haver em 4 anos de mandato. Não se vai fazer obra nenhuma.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Agradeceu a presença do público e referiu o seguinte:
 - O Sr. Mário repetiu o que já tinha dito em anterior reunião, e deverá ser informado das possibilidades de que dispõe.

- ACM – quer salientar a ênfase do Sr. Juventino ao dizer que os serviços “emperram” a Câmara. Na sua empresa nunca o admitiria. A responsabilidade é do Presidente da Câmara, que a gere, e não de quem aqui trabalha. O empenhamento de que falou pode ser muito mas o problema não está resolvido. Não é argumento dizer que a culpa é de um qualquer serviço porque se os governantes não funcionam é a Câmara que é a culpada.
- Mariparque – o assunto tem que ser resolvido, e o município tem que ser informado se é possível ou não. O investimento não pode ser condicionado por uma decisão da Câmara.
- Sr. Júlio – os municípios são os clientes da Câmara, e como disse que os clientes reclamam então devem ser satisfeitos.
- Sr. Cruz – as linhas de água são importantes, a poda das árvores do Parque Mártires do Colonialismo é importante, mas mais importante são os cepos, conforme se constata na foto que exibiu. Alguns já são antigos mas há um que é mais recente, e isto não pode acontecer num parque.

Em relação aos restantes assuntos que abordou, alguns dos quais lhe chegaram através dos municípios, enviou a sua intervenção por escrito, pelo que se passa a reproduzir o seu conteúdo:

1. *Felicitei o judoca Eric Domingues do Judo Clube da Marinha Grande, por ter repetido a medalha de bronze no mundial de veteranos, na categoria -66 Kg.*
2. *Felicitei o Desportivo Náutico da Marinha Grande por se terem sagrado campeões nacionais da 3ª divisão. Para que fique registado os novos campeões nacionais são: Filipe Norte, Viktor Kot, Tomás Oliveira, André Silva, Rui Pires e Pedro Duarte.*
3. *Felicitei o Nuno Saraiva por, neste sábado, se ter sagrado Campeão Nacional de judo na categoria de -73 kg.*
4. *Lamentei que o Sr. Presidente e o seu gabinete não me dêem a conhecer os convites que são enviados ao meu cuidado, isto é dirigido a todo o executivo.*
5. *Cães na mata*
Era previsível e já aconteceu a primeira vítima. O munícipe Francisco Salvador ia a correr junto ao cruzamento em direção à Ponte Nova, foi atacado por um cão selvagem. A marca ficou bem registada na sua perna. Temos inúmeras vezes alertado para este problema. Recordo que o Sr. Presidente disse que já estava a tratar do assunto, inclusivamente tinha contactado uma empresa. Não bastam palavras, temos de atuar e o Sr. Presidente mostra-se incapaz de resolver mais este problema. Há turistas que foram embora do hotel com receio dos cães e conheço municípios que têm medo de ir passear na mata.
Afinal o que pretende o Sr. Presidente é afugentar os cidadãos duma das mais belas zonas turísticas do país?

Isto é uma situação de saúde pública, solicito a intervenção da autoridade de saúde pública e do veterinário municipal.

6. *A informação que tenho é que as obras no pavilhão 3 do PME (FAE) estão acabadas. Mas estão mal acabadas.*

Como é possível ter gasto 141.000€, recorro que foi num ajuste direto a uma construtora, e o espaço contenha tantas imperfeições.

a) *O espaço é utilizado pelos munícipes, muitos deles crianças que ali praticam um desporto de formação. Colocamos urinóis, mas se um menino quiser fazer xixi, não chega lá. Não podíamos colocar pelo menos um mais baixo?*

b) *Criámos uma sala para arrumos virada para a zona da saída, sem que haja acesso por dentro do pavilhão. Porquê? Quem precisar de algo ali arrumado tem de sair do pavilhão. O responsável que tiver a tomar conta dentro do pavilhão não tem conhecimento do que se passa nessa sala de arrumos. Para culminar a porta da sala de arrumos não tem fechadura*

c) *As lâmpadas do campo central e lateral (zonas centrais) que estavam fundidas antes das obras, continuam fundidas. Como é possível?*

d) *A modalidade ali mais praticada é o voleibol. O maior esforço que estas atletas sofrem é a impulsão e queda no pavimento. O conhecimento que tenho é que o piso foi levantado e a tela de borracha de amortecimento foi substituída. Lamentavelmente foi colocada uma nova tela de 3 mm quando deveria ser de 4mm, para evitar as lesões dos atletas.*

e) *Por último uma situação que é de bradar aos céus. No canto do pavilhão, do lado esquerdo quando se entra, chovia antes das obras e agora... continua a chover. O topo continua danificado e o isolamento agora colocado está todo molhado em redor da janela.*

- Será que não estavam definidos estas correções no caderno de encargos?

- Será que a empresa escolhida pelo câmara (sem concurso) tinha capacidade para realizar a obra conforme as boas práticas? Se tinha porque não a realizou?

- E a câmara, deixa que estas imperfeições tenham ficado assim, e não as corrigiu? Será que fiscalizou ou confiou na empresa que escolheu?

Sr. Presidente, o mínimo que se pode exigir numa reparação deste tipo é que muito urgentemente se reparem estas anomalias.

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

⇒ Faz suas as palavras do Vereador Aurélio no que concerne aos convites e às felicitações.

⇒ Também faz suas as palavras do Vereador António Santos sobre a FAG.

⇒ Sobre os munícipes disse o seguinte:

- Sr. Mário – fez um trabalho de investigação, leu uma alínea com uma exceção à lei, que não estudou, mas se há essa alínea que permite, entende que a

Câmara deve olhar o problema por esse prisma e dentro do quadro legal arranjar uma solução. Deve-se esclarecer porque é que o munícipe paga IMI como terreno para construção e porque é que a Câmara insiste em dizer que é um pinhal.

- ACM – a generosidade não chega. Há uma falta de liderança e uma falta de competência. Não são os serviços que mandam na Câmara. O Presidente e a Vereadora têm que dar um murro na mesa porque os munícipes querem os seus problemas resolvidos.

Deixou a pergunta que gostaria de ver respondida: o problema fica ou não resolvido até à hora de almoço?

- Mariparque – entende que não é como o Vereador Aurélio diz, que se vai embora se não houver resposta. Não é assim, o executivo está aqui para ajudar o munícipe.

Quer saber: quais são as regras da ERSAR? Que legislação é que veio alterar a Lei das Finanças Locais? Foi aprovada pela Assembleia da República? Quer saber.

Tem que se investir no turismo, e não é dizendo que têm que ir para outro lado. O turismo é uma aposta e aqui no concelho há condições únicas no país.

Quer saber concretamente o que é que impede a resolução do pedido do munícipe e o que é que foi feito em termos de apreciação jurídica dos serviços.

Não irá deixar cair este assunto, e se a Câmara não apresentar uma proposta irá ela mesma apresentá-la, tal como já disse o Vereador Logrado, embora entenda que deverá ser a Câmara a fazê-lo uma vez que tem um Gabinete Jurídico.

⇒ Abaixo-assinado – leu o conteúdo de um abaixo-assinado que lhe enviaram, sobre a captura de cães vadios nas ruas da cidade, porque o problema já não se põe só nas matas, eles também já vêm para a cidade, e na Albergaria atacaram mesmo algumas capoeiras.

O documento tem 132 assinaturas, e pede que se faça alguma coisa. Sabe que é difícil, mas qualquer dia poder-se-á estar aqui a lamentar a perda de uma vida humana.

⇒ Terminou a intervenção reforçando o pedido de resposta às questões que colocou sobre a ERSAR.

O Sr. Vereador Carlos Logrado cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte sobre as intervenções dos munícipes:

⇒ Sr. Mário – a lei é um conjunto de regras a que temos que obedecer. Podemos encará-la de duas perspetivas: o que a lei não nos permite fazer ou então de que forma é que posso fazer o que me interessa respeitando as leis. E é esta segunda perspetiva que interessa e que serve para responder aos três munícipes que hoje aqui vieram.

A primeira perspetiva dá força aos medíocres, aos que não querem fazer ou não sabem. A segunda exige trabalho, interpretação e estudo da lei, e também criatividade. E a Câmara tem sido pouco criativa (O Sr. Vereador Vítor Pereira discordou e disse que estas são opiniões pessoais do Sr. Vereador Carlos Logrado). Isto revela o que se passa na Marinha Grande. Em termos de iniciativa privada somos muito bons, em termos de governação municipal somos muito maus.

Como é que um munícipe que tem um terreno, com casas a toda a volta, não pode construir, sem que as leis tenham sido alteradas? Porquê? Porque os serviços já estão a dizer aquilo que querem que o PDM, ainda não aprovado, venha a prever. Mesmo que o munícipe encontre a solução, ela depois não é implementada, tal como já aconteceu com as suas propostas aqui aprovadas.

Defende que em tudo aquilo que sejam aglomerados urbanos deve ser permitida a construção. É por isto que se irá bater. Lutará para que as infraestruturas cheguem aos locais aonde se deixou fazer construção.

⇒ Dr. Almeida Gomes – a ERSAR não tem nada a ver com a questão. É um erro sustentar este argumento para não resolver o assunto.

Solução: se quisermos, bastava deliberar como incentivo aos municípios que tivessem relevância em termos turísticos, e esse incentivo, neste caso, poderia ser a diferença entre o que paga e o que poderia pagar, sem alterar o preço da água e sem beliscar qualquer lei. Esta é apenas uma solução, embora possam existir outras.

Entende que o Dr. Almeida Gomes não queira que o assunto passe para a esfera política, embora ele já se tenha disponibilizado, assim como o PCP.

⇒ Sr. Juventino – se o Presidente da Câmara quiser o assunto resolve-se hoje. Há uma burocracia depois de tomada a deliberação, que é compreensível, o que não se compreende é que demore tanto tempo. Se assim não é alguma coisa está errada, e quem tem capacidade para ultrapassar a situação é o Presidente.

⇒ Linhas de água – entende que o dever de controlo é da Câmara, que daí não pode “lavar as mãos”.

⇒ Pretende saber:

- Património municipal – qual o ponto de situação? Já temos o levantamento exaustivo do registo predial de todo o património? O que está feito? O que se está a fazer?
- Compromissos da revisão orçamental – obras a iniciar em 2016: Rua das Andorinhas, o que já foi feito e como está? Obras em Picassinos e Trutas, o mesmo ponto de situação. Se não se iniciarem em 2016 só poderão iniciar-se lá para o meio de 2017, com a 1.^a revisão ao orçamento.
- Obras do PEM a desenvolver em 2016 – agenda de eventos, bilhética, ações turísticas, criação de pacotes turísticos, aquisição do património Stephens, sistema de *trekking* nas viaturas municipais, projeto da nova piscina municipal, projeto de alteração da atual piscina municipal, projeto de rede integrada de águas. Esta foi uma das ações que mais prazer lhe deu nos anos de mandato, porque se trata de um bom investimento, que reflete a boa gestão da água.

- Orçamento para 2017 – é previsível que se repita a mesma novela do anterior e da revisão. A manter-se a situação vai ser o descalabro total, porque a metodologia não é a correta para tratar o orçamento. É verdade que o método sempre foi este, mas agora é altura de o mudar. O orçamento deverá ser mais progressista. Vive-se uma fase muito boa em termos de fundos comunitários, o que é muito bom para o saneamento, porque a Câmara só pagará 1/6 do valor. Mas o orçamento não está a ser pensado nesta ótica e assim vai ser extremamente difícil aprová-lo. Demarca-se totalmente do orçamento de 2017. Fez uma proposta de metodologia, que não foi aceite, pelo que está completamente alheio a este modelo.

A Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira respondeu o seguinte, no âmbito das suas áreas:

- ⇒ Fim de ano nas praias de S. Pedro e Vieira – o que puder ser adquirido pela Câmara vai ser feito, como é o caso dos artistas.
Na Vieira, os festejos do fim de ano foram-lhe apresentados como sendo um movimento de comerciantes da Praia da Vieira. Têm feito um trabalho enorme de angariação de fundos para colmatar as necessidades em termos daquilo que a Câmara irá apoiar. É uma parceria entre a Câmara e este grupo de pessoas que se associaram para levar a bom porto esta festa de final de ano na Praia da Vieira.
Em S. Pedro a Câmara tem trabalhado com a Protur. A Câmara trabalha com os cidadãos. É o exercício da cidadania ativa.
Em relação ao artista a contratar para a Praia da Vieira, informou que será um outro, com valores inferiores ao que estava pensado anteriormente.
- ⇒ Computadores – a aquisição depende da revisão aprovada a 20 de outubro. Todos sabem quais os procedimentos necessários e os timings necessários para os executar. Todos sabem que há impedimentos, devido aos dois únicos meses que faltam para o final do ano.
- ⇒ Resposta ao Sr. Júlio – há um procedimento global de aquisição. Foi feito um levantamento em todos os serviços, para depois se fazer uma aquisição global, de modo a colmatar as necessidades de todos os serviços da Câmara.
Seguidamente explicou pormenorizadamente como funciona o procedimento de aquisição e quais os impedimentos que poderão surgir ao longo desse processo.

O Sr. Presidente respondeu o seguinte:

- ⇒ Ao Sr. Vereador Vítor – ERSAR e SIMLIS não são a mesma coisa. O saneamento está isento, o que se trata aqui é o problema da água. Vai enviar os elementos pedidos pela Sr.ª Vereadora Alexandra e poderão fazer as propostas que entenderem.
Não pediu ao Secretário de Estado, protestou, e não é só a questão da água, também quer alterar o saneamento.

- ⇒ Convites – só lhe chegam os que vêm dirigidos ao Presidente da Câmara, os dos Vereadores não lhe chegam. Quando chegam, como foi o caso na semana passada com a FAG, pede que lhes sejam enviados.
- ⇒ E-mail's – já há algum tempo tinha pedido aos Srs. Vereadores para irem aos serviços de informática actualizar as suas *passwords* (Os Srs. Vereadores Vítor e Alexandra protestaram).
- ⇒ Bloqueios administrativos – não há, o que há são timings que os procedimentos têm que tramitar. E tal como a assinatura do Presidente o compromete a si, também os Chefes de Divisão, ao assinarem, são co-responsáveis consigo em termos administrativos, e é natural que tomem as suas precauções.
Houve um problema na quarta-feira com o ACM, foi resolvido, e já assinou o contrato. O processo passa por dois serviços, e está a ser resolvido. Não há bloqueios nos serviços, o que há é uma organização nos serviços.
A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** interrompeu, porque o Sr. Presidente não respondeu à sua questão, se o assunto está resolvido até ao meio-dia.
O **Sr. Presidente** disse que se está a resolver e prosseguiu nas suas respostas.
- ⇒ Cães na mata – já se procuraram soluções de diversas formas e junto de várias entidades (Jardim Zoológico de Lisboa e da Maia), e não se encontra uma solução. Já o ano passado as jaulas legais e com cadeados colocadas nas matas foram roubadas. Até já se contactou o ICNF, como donos das matas. A questão está a ser vista com a Veterinária, mas não é fácil arranjar uma solução.
- ⇒ P.M.E. – tomou nota e vai ver junto do gestor do projeto e da fiscalização da obra, para ver se foi tudo feito de acordo com o que foi contratualizado.
- ⇒ Rua do Repouso – apenas falta a anuência de cedência de um proprietário. Tiveram que se fazer de novo todos os contactos, e já só falta um. Depois é só atualizar o projeto.
- ⇒ Ao Sr. Vereador Carlos Logrado – os procedimentos para abertura de concurso estão a seguir os seus trâmites e ainda este mês vão ser postos a concurso na plataforma.
- ⇒ Em relação às outras questões, anotou-as para as remeter para os serviços, de modo a poder responder-lhe.
- ⇒ E-mail's – vai a seguir ver com os serviços, porque o que ficou decidido foi irem atualizar as respetivas *passwords*.
O **Sr. Vereador Vítor Pereira** lembrou que aquilo que ficou decidido foi recuperar os e-mail's com a informação que tinham na altura em que ficaram sem acesso. Por isso quer aceder ao e-mail inicial.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O Sr. Presidente deu por concluído o período de antes da ordem do dia, e interrompeu a reunião, para um breve intervalo, que decorreu das 11:45 horas às 12:15 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O Sr. Presidente informou os Srs. Vereadores de que podem repôr as suas *passwords*.

Seguidamente apresentou os seguintes Votos de Pesar:

VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ARNALDO SILVA

773 - A Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a Presidência de **Paulo Jorge Campos Vicente**, nesta data, aprova por **UNANIMIDADE** um **VOTO DE PESAR** pelo falecimento de **ARNALDO SANTOS** no dia 17 de Novembro de 2016.

A Câmara Municipal da Marinha Grande expressa deste modo o seu pesar pelo seu desaparecimento e endereça ao seu Irmão, Dr. António Santos, Vereador eleito desta mesma Câmara as mais sentidas e profundas condolências.

Este voto é extensível ainda aos Pais, Esposa, Filhos e restante Família.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador António Santos agradeceu o gesto e todo o apoio demonstrado.

VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE EMÍLIA DOMINGUES MARQUES

774 - A Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a Presidência de **Paulo Jorge Campos Vicente**, nesta data, aprova por **UNANIMIDADE** um **VOTO DE PESAR** pelo falecimento de **EMÍLIA DOMINGUES MARQUES** no dia 04 de Dezembro de 2016.

A Câmara Municipal da Marinha Grande expressa deste modo o seu pesar pelo seu desaparecimento e endereça ao seu filho, Dr. Álvaro Manuel Marques Pereira, Presidente desta mesma Câmara entre 2009 e 2015, as mais sentidas e profundas condolências.

Este voto é extensível a toda a restante Família.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada nos dias 05 e 06/12/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 31

2 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 27, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2016

775 - Presente a ata n.º 27, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 20 de outubro de 2016, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - REQ. N.º 1968/16, DATADO DE 2016/11/22 – PC N.º 214/15, DATADO DE 2015/06/22 – BANCO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO, S.A.

776 - Presentes requerimentos n.º 882/15, n.º 1793/15, n.º 334/16 e n.º 1968/16, registados em 2015/06/22, 2015/12/01, 2016/03/08 e 2016/11/22, respetivamente, do processo n.º 214/15, referente ao pedido de licenciamento de obras de alteração (já realizadas e a realizar) na habitação e obra de construção de muro de vedação, no prédio sito na Rua dos Guilhermes, n.º 34, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz urbana sob o artigo n.º 18098 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 5047, apresentado por BANCO DE INVESTIMENTO IMOBILIARIO, S.A., com o NIPC 502924047, com sede na Rua do Ouro, n.º 130, Lisboa.

Do prédio objeto do pedido com 139,20 m2, serão cedidos ao domínio público 7,92 m2 para passeio. Após a cedência o prédio ficará com a área de 131,28 m2.

Presentes alterações ao projeto apresentadas em sede de audiência prévia pelo requerimento n.º 1968/16, registado em 2016/11/22.

Presente parecer técnico datado de 2016/11/23, que refere que o projeto de arquitetura poderá ser aprovado com condicionalismos.

A Câmara Municipal depois de analisar as alterações formuladas para o projeto, apresentadas em sede de audiência prévia, por BANCO DE INVESTIMENTO IMOBILIARIO, S.A., com o NIPC 502924047, com sede na Rua do Ouro, n.º 130, Lisboa, bem como o parecer técnico, datado de 2016/11/23, que se debruçou sobre as mesmas e considerando que as alterações apresentadas colmatam as deficiências que motivou a audiência prévia ao projeto, delibera nos termos do n.º 3 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, DEFERIR o projeto de arquitetura referente ao processo camarário n.º 214/15, registado em 2015/06/22, referente a pedido de licenciamento de obras de alteração (já realizadas e a realizar) na habitação e obra de construção de muro de vedação, no prédio sito na Rua dos Guilhermes, n.º 34, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha

Grande, inscrito na matriz urbana sob o artigo n.º 18098 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 5047, com os seguintes condicionalismos:

- a) A construção de muros entre extremas não deverá ter altura superior a 180,00 m, e, na parte confinante com a via pública, numa extensão de até 1,50 m a contar do limite ao espaço público os muros não devem exceder a altura de 0,80 m acima da cota dos passeios fronteiros ou dos arruamentos que os servem, ao valor anteriormente referido podem ainda elevar-se elementos gradeados, ou sebes vivas, desde que, no seu cômputo geral, não exceda o valor máximo de 1,50m, conforme disposto na alínea i) do n.º 3 do artigo 5º e alínea f) do n.º 1 do artigo 18º do Regulamento Municipal da Edificação e da Urbanização do Município da Marinha Grande – RMEUMMG;
- b) Apresentação de peças gráficas em conformidade com o descrito na anterior alínea a);
- c) Apresentação de Plano de Acessibilidade em conformidade com o Decreto-Lei n.º 163/2006, de 08/08 e em conformidade com a última versão do projeto de arquitetura, apresentado pelo requerimento n.º 1968/16 registado em 2016/11/22;
- d) Apresentação de versão completa e final da Memória Descritiva e Justificativa do Projeto.

Mais delibera aceitar a cedência para o domínio público de uma parcela de terreno com a área de 7,92 m2 para passeio. Após a cedência o prédio com a área inicial de 139,20 m2, ficará com a área de 131,28 m2.

Delibera ainda informar o requerente que deverá apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação, os projetos das especialidades aplicáveis nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - REQ. N.º 1972/16, DATADO DE 23/11/2016 – PC N.º 470/16, DATADO DE 07/11/2016 – CARLA CATARINA COSTA MONTEIRO

777 - Presentes requerimentos n.º 1877/16 e n.º 1972/16, registados em 2016/11/07 e 2016/11/23, respetivamente, respeitantes ao processo camarário n.º 470/16, referente a pedido de licenciamento de obra construção de moradia e muro com demolição da construção existente, integrado no procedimento da licença, para o prédio sito na Rua Fonte dos Ingleses, n.º 12, lugar de Pedreanes, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 8243 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 4463, apresentado por **CARLA CATARINA COSTA MONTEIRO**, com o NIF 208253491, residente na Travessa do Casal, n.º 33, Touria, Pousos. Do prédio objeto do pedido com a área de 788,00 m2, serão cedidos ao domínio público 44,32 m2 para passeio. Após a cedência o prédio ficará com a área de 743,68 m2. Presentes pareceres técnicos datados de 2016/11/24 e 2016/11/25, que referem que o projeto de arquitetura se encontra apto a ser aprovado.

Após análise da pretensão, bem como os pareceres técnicos emitidos, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do disposto no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o projeto de arquitetura apresentado pelos requerimentos n.º 1877/16 e n.º 1972/16, registados em 2016/11/07 e 2016/11/23, respetivamente, respeitantes ao processo camarário n.º 470/16, referente a pedido de licenciamento de obra construção de moradia e muro com demolição da construção existente, integrado no procedimento da licença, para o prédio sito na Rua Fonte dos Ingleses, n.º 12, lugar de Pedreanes, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 8243 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 4463, apresentado por CARLA CATARINA COSTA MONTEIRO, com o NIF 208253491, residente na Travessa do Casal, n.º 33, Touria, Pousos, com o seguinte condicionalismo:

A construção de muros entre extremas não deverá ter altura superior a 180,00 m, e, na parte confinante com a via pública, numa extensão de até 1,50 m a contar do limite ao espaço público os muros não devem exceder a altura de 0,80 m acima da cota dos passeios fronteiros ou dos arruamentos que os servem, ao valor anteriormente referido podem ainda elevar-se elementos gradeados, ou sebes vivas, desde que, no seu cômputo geral, não exceda o valor máximo de 1,50m, conforme disposto na alínea i) do n.º 3 do artigo 5º e alínea f) do n.º 1 do artigo 18º do Regulamento Municipal da Edificação e da Urbanização do Município da Marinha Grande – RMEUMMG;

Delibera, ainda, aceitar a cedência para o domínio público de uma parcela de terreno com a área de 44,32 m2 para passeio. Após a cedência o prédio com a área inicial de 788,00m2, ficará com a área de 743,68 m2.

Mais delibera:

nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do RJUE, deverá apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação, os projetos das especialidades aplicáveis.

Para o procedimento referente à demolição das edificações no prédio existente deverá apresentar os elementos descritos nas alíneas e), f) e g) do n.º 17 da Portaria n.º 113/2015 de 22/04:

- Indicação do local de depósito dos entulhos;
- Projetos de especialidades necessários à execução dos trabalhos, incluindo o projeto de estabilidade ou de contenção de construções adjacentes e termos de responsabilidade dos seus autores, da qual conste que foram observadas na elaboração do mesmo as normas legais e regulamentares aplicáveis com indicação das mesmas;
- Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho;

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - REQ. N.º 1304/16, DATADO DE 01/08/2016 – PC N.º 313/16, DATADO DE 01/08/2016
– ERMELINDA PEREIRA FERREIRA SAPATEIRO MATIAS

778 - Presente pedido com o registo n.º 1304/16, datado de 01/08/2016 relativo a **legalização de alterações a estabelecimento de serviços (restauração e bebidas)**, sito na Rua 1.º de Dezembro, Amieirinha, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 13338 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 14091, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 313/16, com data de entrada de 01/08/2016, apresentado por **ERMELINDA PEREIRA FERREIRA SAPATEIRO MATIAS**, com o NIF 119892596, residente no n.º 12 da rua Soc. Benef. e Recreio 1.º de Janeiro, Ordem, freguesia e concelho da Marinha Grande; Presente informação técnica, datada de 24/11/2016, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura apresentado em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura relativo a legalização de alterações a estabelecimento de serviços (restauração e bebidas), sito na rua 1.º de Dezembro, Amieirinha, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 13338 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 14091, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 313/16, com data de entrada de 01/08/2016, com os seguintes condicionalismos:

- 1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do RJUE;**
- 2.- Apresentar, no prazo estipulado no número anterior, planta de implantação corrigida, indicando corretamente as cotas de afastamento da edificação aos limites do terreno.**

Mais delibera informar o requerente de que, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N.º 1851/16, DATADO DE 02/11/2016 – PC N.º 404/15, DATADO DE 02/11/2015 –
ASSOCIAÇÃO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVA CASAL GALEGO

779 - Presente pedido com o registo n.º 1851/16, datado de 02/11/2016 relativo à apresentação dos projetos de especialidade referentes ao **licenciamento de obras de alteração** para efeitos de instalação de serviço de apoio domiciliário, no prédio registado na

Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 7663 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 13282, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 404/15, com data de entrada de 02/11/2015, apresentado por **ASSOCIAÇÃO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVA CASAL GALEGO**, com o NIPC 501 540 563, com sede na Rua Clube Desportivo Casal Galego, n.º 5A, lugar de Casal Galego, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara de 16/03/2016;

Presente informação técnica, datada de 15/11/2016, que atesta encontrarem-se os projeto de especialidades apresentados em condições de ser aceites;

Presente informação técnica datada de 24/11/2016, propondo o deferimento do processo, ao abrigo do artigo 23º do RJUE;

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento de obras de alteração para efeitos de instalação de uma unidade de apoio domiciliário, no edifício sito na Rua Clube Desportivo Casal Galego, n.º 5A, Casal Galego, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 7663 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 13282, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 404/15, com data de entrada de 02/11/2015, apresentado por **ASSOCIAÇÃO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVA CASAL GALEGO**, com o NIPC 501 540 563, com sede na Rua Clube Desportivo Casal Galego, n.º 5A, lugar de Casal Galego, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 – Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art.º 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**7 - REQ. N.º 713/15, DATADO DE 21/05/2015 – PC N.º 153/14, DATADO DE 09/05/2014
– BRITOMOLDES - FABRICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE MOLDES METÁLICOS, LDA**

780 - Presente processo camarário n.º 153/14, respeitante à **comunicação prévia da construção de edifício destinado à indústria de moldes tipo 2**, apresentada por **BRITOMOLDES - FABRICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE MOLDES METÁLICOS, LDA**, com o NIPC 600058417, e sede em Rua Zona Industrial, n.º 11 D, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, para o qual foi emitido o comprovativo de admissão da comunicação prévia em 26/05/2014, por um período de 1 ano, objeto de prorrogação por um período de 6 meses.

Presente informação dos serviços de fiscalização, datada de 23/02/2016, a atestar o estado em que se encontrava a obra.

Considerando que:

1 - Em 26/05/2014, foi emitido o comprovativo de admissão da comunicação prévia para realização da operação urbanística respeitante à construção de edifício destinado à indústria de moldes tipo 2, apresentada por **BRITOMOLDES - FABRICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE MOLDES METÁLICOS, LDA**, com o NIPC 600058417, e sede em Rua Zona Industrial, n.º 11 D, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, por um período de 1 ano, ou seja, até 25/05/2015;

2 - O prazo inicialmente concedido para realização da operação urbanística foi prorrogado por um período de 6 meses, conforme despacho do Sr. Presidente da Câmara, datado de 28/05/2015, ou seja, até 25/11/2015.

3 - Em deslocação ao local os serviços de fiscalização verificaram que, em 23/02/2016, já após o término do prazo para a respetiva execução, a obra se encontrava apenas com as fundações executadas, e respetivas sapatas.

4 - De acordo com o disposto na alínea d) do n.º 3 do art.º 71.º do RJUE – Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Dec. Lei n.º 26/2010, de 30/03 e da Lei n.º 28/2010, de 02/09, a comunicação prévia para realização da operação urbanística caduca se “as obras não forem concluídas no prazo fixado na comunicação prévia, ou suas prorrogações, contado a partir do pagamento das taxas no caso da comunicação prévia”.

5 – De acordo com o disposto no n.º 5 do art.º 71.º do RJUE a caducidade é declarada após audiência prévia do interessado;

A Câmara Municipal delibera:

NOTIFICAR a sociedade BRITOMOLDES -FABRICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE MOLDES METÁLICOS, LDA, com o NIPC 600058417, e sede em Rua da Zona Industrial, n.º 11 D, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, comunicante da operação urbanística respeitante à construção de edifício destinado à indústria de moldes tipo 2, a levar a efeito no prédio sito na Rua da Zona Industrial, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 1301 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 447, nos termos do disposto nos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo – CPA, e no n.º 5 do art.º 71.º do

RJUE – Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Dec. Lei n.º 26/2010, de 30/03 e da Lei n.º 28/2010, de 02/09, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre a intenção de declarar a caducidade da comunicação prévia, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 3 do art.º 71.º do RJUE, em virtude da obra não ter sido concluídas no prazo fixado na comunicação prévia, e sua prorrogação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REQ. N.º 1716/16, DATADO DE 12/10/2016 – PC N.º 32/15, DATADO DE 02/02/2015 – VANGEST – ENG.ª FINANCEIRA E GESTÃO, S.A.

781 - Presente requerimento n.º 1716/16 de 12/10/2016 titulado por **VANGEST – ENG.ª FINANCEIRA E GESTÃO, S.A.**, com morada na Rua de Leiria, n.º 210, Embra, Marinha Grande, a solicitar a realização de vistoria às obras de urbanização realizadas no âmbito do processo de licenciamento n.º 32/15, que respeita à construção de unidade industrial e obras de urbanização, no âmbito do qual foi emitido o Alvará de Obras de Urbanização n.º 1/15, respeitante à execução de trabalhos de movimentação de terras, pavimentação de um troço de arruamento, execução de lancis e passeios, sinalização vertical e horizontal, rede de abastecimento de água, rede de iluminação pública, incidente sobre o prédio sito na Marinha Pequena, freguesia e concelho da Marinha Grande, e a consequente redução da respetiva caução, prestada pela sociedade requerente como garante da boa e regular execução das respetivas obras de urbanização.

Presente relatório elaborado pela Comissão de Vistorias, datado de 28/11/2016, referindo que é possível proceder à receção provisória das infraestruturas;

Presente, igualmente, Auto de Vistoria propondo a receção provisória das infraestruturas realizadas, designadamente, arruamento e rede de abastecimento de água;

Presente Auto de Entrega e Receção Provisória das Infraestruturas Elétricas, datado de 22/09/2016, emitido pela EDP Distribuição – Emergia, S.A.;

Após análise da pretensão, do Relatório e do respetivo Auto de Receção Provisória elaborados pela Comissão de Vistorias, bem como do Auto de Entrega e Receção Provisória das Infraestruturas Elétricas, datado de 22/09/2016, emitido pela EDP Distribuição – Emergia, S.A., respeitante às Obras de Urbanização supra referidas a Câmara delibera:

1) DEFERIR o pedido de receção provisória das infraestruturas executadas, no âmbito do processo de licenciamento 32/15, titulado por VANGEST – ENG.ª FINANCEIRA E GESTÃO, S.A., número de identificação fiscal 503 536 725, com sede na Rua de Leiria, n.º 210, Embra, Marinha Grande, no âmbito do qual foi emitido o Alvará de Obras de Urbanização n.º 1/15, respeitante à execução um troço de arruamento, de rede de abastecimento de água e de rede de iluminação pública, incidente sobre o prédio sito na Marinha Pequena, freguesia e concelho da Marinha Grande descrito da Conservatória do

Registo Predial de Marinha Grande, sob o n.º 3084, uma vez que as referidas infraestruturas se encontravam executadas de acordo com o projeto aprovado e as telas finais entregues.

2) MANDAR LIBERTAR o montante de 19.286,46€ (dezanove mil e duzentos e oitenta e seis euros e quarenta e seis cêntimos) correspondente a 90% da caução prestada por depósito na Tesouraria da Câmara Municipal - guia 1/ 706/ 12096, de 8 de maio de 2015, como garante da sua boa e regular execução das respetivas obras de urbanização, designadamente, execução de um troço de arruamento de rede de abastecimento de água e de rede de iluminação pública, no montante inicial de 21.429,40 € (vinte e um mil quatrocentos e vinte e nove euros e quarenta cêntimos) ficando retido o montante de 2.142,94 € (dois mil cento e quarenta e dois euros e noventa e quatro cêntimos), até à receção definitiva das referidas Obras de Urbanização, conforme descrito no quadro abaixo:

COMPONENTE ESPECIALIDADE	MONTANTE PRESTADO	% A LIBERTAR	MONTANTE A LIBERTAR	VALOR A RETER
Execução do Arruamento	€ 11.227,40	90%	€ 10.104,66	€ 1.122,74
Rede de abastecimento de água	€ 5.050,00	90%	€ 4.545,00	€ 505,00
Rede de iluminação pública	€ 5.152,00	90%	€ 4.636,80	€ 515,20
Totais	€ 21.429,40		€ 19.286,46	€ 2.142,94

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - E/9187/2016 - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE GÁS NATURAL- LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

782 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/9187/2016, datado de 08/11/2016, de ocupação da via pública, apresentado por **LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.**, com o NIPC 502761024, para abertura de vala para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Rua da Marinha Pequena, Rua das Laranjeiras, Rua 6 ou Rua dos Colhedores e Estrada de Pero Neto, todas da freguesia e concelho de Marinha Grande, num total de 1.200,00 metros de vala.

Presentes pareceres técnicos da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datados de 10/11/2016 e de 22/11/2016, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09, emitir parecer DESFAVORÁVEL ao pedido de ocupação da via pública para abertura de vala num total de 1.200,00 metros de vala para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Rua da Marinha Pequena, Rua das Laranjeiras, Rua 6 ou Rua dos Colhedores e Estrada de Pero Neto, todas da freguesia e concelho de Marinha Grande, nos termos e fundamentos do parecer que a seguir se transcreve, concedendo um prazo de 10 dias úteis, para querendo, se pronunciarem, por escrito, sobre o mesmo, nos termos do previsto nos artigos 121.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro: *"emite-se parecer desfavorável dado que a passagem da tubagem exige a necessidade de corte de pavimento que se encontra em bom estado de conservação. A posição poderá ser revista caso seja apresentado um novo traçado que considere a ampliação da rede a partir da Rua de Leiria e ao longo do troço da Estrada do Pero Neto confinante com as propriedades da "Farmi - Reparações Lda" e "ThyssenKrupp Materials Ibérica".*

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - REQ. N.º 1605/16, DATADO DE 21/09/2016 – PC N.º 90/10, DATADO DE 04/05/2010 – JÚLIO MANUEL PEREIRA E MARIA ISABEL CONSTÂNCIO DOS SANTOS PEREIRA

783 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 1605/16, datado de 21/09/2016, apresentado por JULIO MANUEL PEREIRA, com o NIF 126946094, e MARIA ISABEL CONSTÂNCIO DOS SANTOS PEREIRA, com o NIF 126946108, ambos com morada em Rua dos Guilhermes, n.º 65, Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para a fração "A" do edifício sito em Rua dos Guilhermes, n.º 65, Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, objeto de obras de legalização de alterações, licenciadas no âmbito do processo camarário n.º 90/10 e tituladas pelo alvará de licença de legalização n.º 46/13, emitido em 03/12/2014.

Presente pareceres técnicos datados de 29/11/2016, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria à fração "A" do edifício sito em Rua dos Guilhermes,

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada nos dias
05 e 06/12/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 31

n.º 65, Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de JULIO MANUEL PEREIRA, com o NIF 126946094, e MARIA ISABEL CONSTÂNCIO DOS SANTOS PEREIRA, com o NIF 126946108, ambos com morada em Rua dos Guilhermes, n.º 65, Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

1) Membros efetivos
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Carlos Duarte

2) Membros suplentes
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Álvaro Letra

Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - REQ. N.º 2004/16, DATADO DE 28/11/2016 – PC N.º 489/16, DATADO DE 28/11/2016 – BLEACH DESGIN UNIPessoal, LDA.

784 - Presente **pedido de avaliação do estado inicial de conservação de edifício** sito na área de Reabilitação Urbana do Centro da Marinha Grande, para efeitos de candidatura a benefícios fiscais, solicitado por **BLEACH DESGIN UNIPessoal, LDA.**, com o NIPC 506899080, com sede na Rua Ferreira Custódio Júnior, n.º 1, freguesia e concelho da Marinha Grande, respeitante ao edifício sito no **Largo da Alegria, n.º 1**, freguesia e concelho da Marinha Grande, erigido no prédio descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2.430 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 4522.

Presente parecer técnico datado de 28/11/2016, sobre o assunto.

Considerando que:

- A delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro da Marinha Grande foi aprovada pela Assembleia Municipal da Marinha Grande na sua segunda reunião realizada no dia 1 de dezembro de 2014, da sessão ordinária de 24 de novembro de 2014, e publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 245, de 19 de dezembro de 2014 (Aviso n.º 14276/2014).

- A delimitação da ARU permite o acesso a um conjunto de benefícios fiscais sobre os prédios urbanos abrangidas por esta, quando objeto de ações reabilitação, iniciadas após 1 de janeiro de 2008 e que se encontrem concluídas até 31 de dezembro de 2020, nos termos

do disposto nos n.º 20.º e n.º 21.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, na redação em vigor.

- De acordo com o disposto nos números 7 e 8 do artigo 71.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, os prédios urbanos objeto de ações de reabilitação beneficiam das seguintes isenções:

a) Isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) por um período de cinco anos, a contar do ano, inclusive, da conclusão da reabilitação, podendo ser renovada por um período adicional de cinco anos.

b) Isenção de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) nas aquisições de prédio urbano ou de fracção autónoma de prédio urbano destinado exclusivamente a habitação própria e permanente, na primeira transmissão onerosa do prédio reabilitado;

- De acordo com o estipulado no n.º 24 do mencionado artigo 71.º *“A comprovação do início e da conclusão das ações de reabilitação é da competência da câmara municipal”*, que deve *“certificar o estado dos imóveis, antes e após as obras compreendidas na ação de reabilitação”*.

- Segundo o disposto na alínea c) do n.º 23 do artigo 71.º do EBF, no artigo 65.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, e no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, compete aos serviços municipais, em vistoria realizada para o efeito, classificar o estado de conservação do edifício, em sede de reabilitação urbana, com referência aos níveis de conservação constantes no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012.

- A determinação do nível de conservação do imóvel deve obedecer aos critérios definidos na Portaria n.º 1192-B/2006, de 03 de novembro, devendo ser preenchida a ficha de habilitação aprovada pelo mesmo diploma legal.

A Câmara Municipal delibera:

Determinar, considerando o disposto na alínea c) do n.º 23 do artigo 71.º do EBF, no artigo 65.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, e no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, a realização de vistoria ao edifício sito no Largo da Alegria, n.º 1, freguesia e concelho da Marinha Grande, erigido no prédio descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2.430 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 4522, propriedade de BLEACH DESGIN UNIPESSOAL, LDA., com o NIPC 506899080, com sede na Rua Ferreira Custódio Júnior, n.º 1, freguesia e concelho da Marinha Grande, para efeitos de classificação do estado do edifício, devendo a determinação do nível de conservação do imóvel obedecer aos critérios definidos na Portaria n.º 1192-B/2006, de 03 de novembro, bem como ser preenchida a ficha de habilitação aprovada pelo mesmo diploma legal;

Mais delibera determinar que a vistoria seja realizada em 20/12/2016, pelas 10:00, e que a respetiva Comissão tenha a seguinte composição:

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada nos dias
05 e 06/12/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 31

Membros efetivos:
Arquiteta Margarida Abraúl
Arquiteto Alexandre Fava
Engenheiro Rui Vicente

Membros suplentes:
Arquiteto Miguel Figueiredo
Arquiteto Ricardo Santos
Engenheira Cristina Silva

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

12 - REQ. N.º 1201/16, DATADO DE 14/07/2016 – PC N.º 286/16, DATADO DE 14/07/2016
– BLEACH DESIGN UNIPessoal, LDA.

785 - Presente processo com o n.º 286/16, datado de 14/07/2016, relativo ao **pedido de avaliação do estado inicial de conservação de edifício sito na área de Reabilitação Urbana do Centro da Marinha Grande**, para efeitos de candidatura a benefícios fiscais, solicitado por **BLEACH DESIGN UNIPessoal, LDA.**, com o NIPC 506899080, com sede na Rua Ferreira Custódio Júnior, n.º 1, freguesia e concelho da Marinha Grande, respeitante ao edifício sito na Rua José Ferreira Custódio Júnior e Travessa do Cotovelo, n.º 1, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6.936 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 20.104-P.

Presente deliberação de Câmara datada de 22/09/2016, informando que, nos termos da Portaria n.º 1192-B/2006, de 3 de novembro, foi estabelecido o coeficiente de conservação 3,12, atribuindo-se o nível de conservação MÉDIO ao imóvel em causa.

Presente informação técnica datada de 28 de novembro, na qual se reporta ter havido um erro de cálculo na aferição dos valores de ponderação da avaliação do estado de conservação do edifício, de que resultou uma classificação incorreta para o mesmo.

Presente Auto de vistoria datado de 24/10/2016, relativo à vistoria realizada em 10/08/2016, e respetiva Ficha de Avaliação, devidamente corrigidos.

Após análise da pretensão e da informação mencionadas;

Considerando ter havido um erro de cálculo na soma dos valores de ponderação para aferição do coeficiente de conservação do edifício sito na Rua José Ferreira Custódio Júnior e Travessa do Cotovelo, n.º 1, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6.936 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 20.104-P, de que resultou uma classificação incorreta;

Considerando que nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 174º do CPA, “os erros de cálculo e os erros materiais na expressão da vontade do órgão administrativo, quando manifestos, podem ser retificados, a todo o tempo, pelos órgãos competentes para a revogação do ato”;

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada nos dias
05 e 06/12/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 31

Considerando ter existido um erro de cálculo;

Considerando que a Câmara é o órgão competente para proceder à retificação da deliberação em causa;

Considerando que a retificação da deliberação de 22/09/2016 pode ser efetuada, a título oficioso, pela Câmara, produzindo essa retificação, nos termos do n.º 2 do mesmo artigo 174º do CPA, efeitos retroativos à data do ato retificado;

A Câmara delibera:

Proceder, nos termos do n.º 1 e 2 do artigo 174º do CPA, à retificação da deliberação tomada a 22/09/2016, passando a mesma a ter a seguinte redação:

Informar a entidade requerente que, tendo em conta os critérios definidos na Portaria n.º 1192-B/2006, de 03 de novembro, bem como o preenchimento da ficha de habilitação aprovada pelo mesmo diploma legal, e conforme auto de vistoria datado de 24/10/2016, ao imóvel sito na Rua José Ferreira Custódio Júnior e Travessa do Cotovelo, n.º 1, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6.936 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 20.104-P, propriedade de BLEACH DESIGN UNIPessoal, LDA., com o NIPC 506899080, com sede na Rua Ferreira Custódio Júnior, n.º 1, freguesia e concelho da Marinha Grande, é atribuído o nível de conservação MAU correspondendo-lhe o coeficiente de conservação 1,84.

Mais delibera informar que a presente retificação produz efeitos retroativos à data da formulação da deliberação retificada, nos termos do n.º 2 do artigo 174º do CPA, ou seja, a 22/09/2016.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

13 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

786 - O Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Autorização para realização de atividades de carácter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas a decorrer no dia 16 de dezembro de 2016, para a realização do Corta-mato escolar.

Presente a informação nº 86/LS de 23 de novembro de 2016, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea a) e b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as Juntas de Freguesia, as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea a) e b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar o Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente, do pagamento das taxas devidas pela emissão da autorização para realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

14 - ANULAÇÃO ADMINISTRATIVA DA DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 25 DE MAIO DE 2016, APROVADA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 28 DE JUNHO DE 2016 – 1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE PARA 2016.

787 - A Assembleia Municipal, em sessão de 28 de junho de 2016, sob proposta da Câmara Municipal aprovada por maioria em 25 de maio de 2016, aprovou a 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal da Marinha Grande para 2016.

Conforme consta do texto da deliberação, nos termos do artigo 3.º, n.º 2 alínea a) do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua redação atual, nos municípios os mapas de pessoal são aprovados, mantidos ou alterado pela Assembleia Municipal.

A alteração em questão não se traduzia num aumento da despesa com pessoal e número de postos de trabalho, pois, apesar de prever a criação de dois novos lugares, a preencher mediante recrutamento a termo resolutivo para o desenvolvimento do projeto das Comemorações do Centenário, eliminava o posto de trabalho 30 e um dos lugares do posto de trabalho 37, referentes a trabalhadores que haviam deixado de exercer funções em janeiro do corrente.

A proposta de alteração ao mapa de pessoal foi, ao nível do serviço de Recursos Humanos, concomitante com a apresentação da proposta de revisão ao orçamento das despesas correntes com pessoal, uma vez que carecia de ajustamento do quadro plurianual de programação orçamental.

Todavia, aquando do agendamento dos assuntos a serem presentes à reunião de câmara de 25 de maio, a revisão aos documentos previsionais acabou por não ser incluída, e o ponto

relativo à alteração do mapa de pessoal, não foi retirado da ordem do dia. Por outro lado, a questão em concreto deixou de fazer parte das prioridades do Executivo e a revisão aprovada pela Assembleia Municipal em 28 de outubro de 2016, também não teve em consideração o reforço de dotação para fazer face à alteração ao mapa de pessoal. Tal situação resulta num vazio legal decorrente de ausência de enquadramento orçamental.

Assim, considerando o exposto, a Câmara Municipal, ao abrigo dos artigos 165.º, n.º 2, 168.º, n.º 1, 170.º, n.º 1 e 171.º, n.º 3, todos do Código do Procedimento Administrativo, delibera proceder à anulação administrativa da deliberação da Câmara Municipal de 25 de maio de 2016, e submeter à Assembleia Municipal a anulação administrativa da deliberação que, com o mesmo objeto, foi tomada em sessão de 28 de junho de 2016.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

15 - “TRANSPORTES ESCOLARES E DE INTERESSE MUNICIPAL E RELEVANTE NO ÂMBITO DE PROJETOS EDUCATIVOS, CULTURAIS, SOCIAIS E DESPORTIVOS APOIADOS PELO MUNICÍPIO - ANO 2017”. ABERTURA DE PROCEDIMENTO.

No início da discussão deste ponto o Sr. Presidente comunicou o seu impedimento, nos termos do previsto no artigo 69.º, n.º 1, alínea a) do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que é o Presidente do Conselho de Administração da TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande E.M. Unipessoal, S.A..

Declarado o impedimento, nos termos do artigo 70.º, n.º 4, do mencionado Código, o Sr. Presidente ausentou-se da sala, sendo substituído pela Sr.ª Vice-Presidente.

Sobre este ponto registaram-se as seguintes intervenções:

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** pediu esclarecimentos sobre os valores pagos à TUMG em 2016.

A **Sr.ª Vice-Presidente** deu as explicações possíveis na altura e solicitou aos serviços mais informação.

A **Chefe da DCD - Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, Dr.ª Catarina Carvalho**, veio à reunião explicar os valores questionados pelo Sr. Vereador Aurélio Ferreira.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** considera que o conceito defendido está errado.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** considera que é uma forma errada e encapotada de subsidiar a TUMG, a que sempre se opôs, e por isso irá votar contra.

A **Sr.ª Vice-Presidente** anunciou que ia pôr a proposta a votação.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** perguntou, tendo em conta as dúvidas levantadas, se o assunto é muito urgente.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que considera grave estar-se a votar uma proposta que considera ilegal, por se estar a privilegiar uma empresa, podendo até configurar crime a forma de cálculo do preço de mercado.

A **Sr.ª Vice-Presidente** disse que se a proposta fosse ilegal não a teria trazido, mas para que não fiquem dúvidas vai retirar o ponto, para melhor informação e documentação, e virá para a próxima reunião, embora se corra o risco de não haver tempo para a TUMG lançar o concurso e a Câmara ter transportes escolares.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que não vê necessidade de retirar o ponto.

A **Sr.ª Vice-Presidente** disse que o ponto está retirado, e que se for urgente marcar-se-á uma reunião extraordinária.

O Sr. Vereador Carlos Logrado declarou o seguinte:

“Todo o executivo com pelouros e sem pelouros sabe que a parte de contratos demora, pelo menos, dois meses e meio, o que significa que esta deliberação devia ter sido votada até 15 de outubro.

Ao não ter sido votada até 15 de outubro, vai fazer com que aconteçam duas coisas: no dia 1 de janeiro não estarão legalmente contratados estes transportes escolares, ou então, ainda mais grave, vai acontecer o que aconteceu o ano passado, em que o tempo que mediu – menos de duas semanas, o que significa que a empresa contratada pela TUMG não pode ter sido contactada.”

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** disse que também vê com preocupação a situação e comunga de algumas das palavras do Vereador Logrado. Deve-se ser cauteloso, porque a lei, em termos de subsidiação, é rigorosa.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** referiu que é óbvio que o principal objetivo é assegurar os transportes escolares, e por isso deve ser trazida uma proposta juridicamente fundamentada, e se o serviço for prestado pela TUMG, que seja, porque não vê qualquer problema nisso.

A **Sr.ª Vice-Presidente** referiu que da conversa havida, das dúvidas do Sr. Vereador Aurélio e da forma apresentada pelo Sr. Vereador Logrado, entende que o assunto não pode ser votado desta maneira, tal como foi apresentado, e por isso retira-o.

**16 - REABILITAÇÃO E PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE NO LARGO DA REPÚBLICA –
VIEIRA DE LEIRIA – CONCURSO PÚBLICO 04/2016 – APROVAÇÃO DE TRABALHOS DE
SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES E TRABALHOS A MAIS**

788 - Presente informação com referência I.A.20/2016, de 14 de novembro, que se dá por integralmente reproduzida, na qual se propõe a aprovação de trabalhos suprimento de erros e omissões e de trabalhos a mais, no âmbito da empreitada “Reabilitação e promoção da acessibilidade no largo da República - Vieira de Leiria”, no valor, respetivamente, de 6.387,95€ (seis mil, trezentos e oitenta e sete euros e noventa e cinco centimos) e de 11.464,60€ (onze mil, quatrocentos e sessenta e quatro euros e sessenta centimos).

Assim, a Câmara Municipal, em conformidade com o proposto pelos serviços e nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e dos artigos 376.º, 370.º, 374.º e 377.º, todos do Código dos Contratos Públicos, no âmbito do contrato de empreitada de “Reabilitação e promoção da acessibilidade no largo da República - Vieira de Leiria”, em que é cocontratante a empresa Franco & Ruben, Construções, Ld.ª, delibera aprovar:

- a) trabalhos de suprimento de erros e omissões, do caderno de encargos, a preços de contrato, no valor de 5.086,95€ (cinco mil, oitenta e seis euros e noventa e cinco centimos), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor;
- b) trabalhos de suprimento de erros e omissões, do caderno de encargos, a preços acordados, no valor de 1.301,00€ (mil trezentos e um euros), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor;
- c) trabalhos a mais, a preços de contrato, no valor de 2.937,00€ (dois mil novecentos e trinta e sete euros), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor;
- d) trabalhos a mais, a preços acordados, no valor de 8.527,60€ (oito mil, quinhentos e vinte e sete euros e sessenta centimos), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor;
- e) a fixação do prazo de execução dos trabalhos aprovados em dez dias e a consequente prorrogação do prazo de execução inicial da empreitada pelo mesmo período de tempo;
- f) a minuta do contrato a celebrar.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**17 - APRECIACÃO DE CANDIDATURAS APRESENTADAS NO 4º TRIMESTRE DE 2015 e
NO 1º E 2º TRIMESTRE DE 2016 SUJEITAS A AUDIÊNCIA PRÉVIA E DE CANDIDATURAS
APRESENTADAS NO 3º TRIMESTRE DO ANO 2016, RELATIVAS AO INCENTIVO À
NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE**

789 - Presente informação n.º I/1541/2016 datada de 07 de outubro de 2016 da Divisão de

Cidadania e Desenvolvimento, dando conta da apreciação de 5 (cinco) processos de candidatura no âmbito do Programa de Incentivo à Natalidade e Apoio à família no concelho da Marinha Grande, que foram sujeitos a audiência prévia de acordo com o preceituado no n. 1 e no n. 2 do artigo 121º do Código do Procedimento Administrativo publicado em 7 de Janeiro de 2015, e que deram entrada no 4º trimestre de 2015 (1 processo), no 1º trimestre de 2016 (3 processos) e no 2º trimestre de 2016 (1 processo); e ainda da apreciação de 28 (vinte e oito) processos de candidatura que deram entrada no 3º trimestre de 2016, conforme estabelece o regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família, aprovado na reunião de Câmara Municipal de 16 de abril de 2014, e em sessão da Assembleia Municipal datada de 30 de abril de 2014, adiante designado por regulamento;

1. Considerando que 1 (um) processo que deu entrada ao abrigo da alínea a) do n. 3 do artigo 2º do citado regulamento no 4º trimestre de 2015 e que foi sujeito a audiência prévia, sem qualquer resposta da parte dos requerentes, não cumpre as condições de atribuição do incentivo, consagradas no artigo 3º do regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande, propõe-se o seu indeferimento com base nos seguintes fundamentos abaixo identificados:

1.1 No processo de candidatura abaixo identificado e que deu entrada ao abrigo da alínea a) do n. 3 do artigo 2º do citado regulamento, a candidatura não cumpre com as condições previstas na alínea e) do n. 1 do artigo 3º do Regulamento do Incentivo à Natalidade e Apoio à Família, existindo dívidas ao município por parte do 2º progenitor/requerente.

Processo com o registo de entrada	1º Progenitor (Requerente)	NIF	2º Progenitor (Requerente)	NIF
E/10833/2015	Paula Cristina Jesus Oliveira	196813964	Paulo José da Cunha dos Santos	177636785

2. Considerando que em 3 (três) processos, que deram entrada ao abrigo da alínea a) do n. 3 do artigo 2º do citado regulamento no 1º trimestre de 2016 e que foram sujeitos a audiência prévia, sem qualquer resposta da parte dos requerentes, os 3 (três) processos não cumprem as condições de atribuição do incentivo, consagradas na alínea f) do artigo 3º do regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande, propõe-se o seu indeferimento com base nos seguintes fundamentos abaixo identificados:

2.1. Nos 3 (três) processos de candidatura abaixo identificados e que deram entrada ao abrigo da alínea a) do n. 3 do artigo 2º do citado regulamento, o rendimento global mensal do agregado familiar excede o valor equivalente a 4 (quatro) salários mínimos nacionais (SMN's), nomeadamente:

Processo com o registo de entrada	1º Progenitor (Requerente)	NIF	2º Progenitor (Requerente)	NIF
E/2484/2016	Ana Lúcia Serra Natário	169386392	Alexandre Miguel Nunes Vitorino	218038810

E/2319/2016	Marco Alexandre Marques da Silva	232977534	Ana Patrícia Quinta da Fonseca	294154348
E/979/2016	Gonçalo José Ribeiro da Silva Gomes	166360481	Helena Isabel Cordeiro Dias de Santo António Gomes	185622534

3. Considerando que 1 (um) processo que deu entrada ao abrigo da alínea b) do n. 3 do artigo 2º do citado regulamento, no 2º trimestre de 2016, e que foi sujeito a audiência prévia, sem qualquer resposta da parte do requerente, o processo não cumpre as condições de atribuição do incentivo, consagradas na alínea f) do artigo 3º do regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande, propõe-se o seu indeferimento com base nos seguintes fundamentos abaixo identificados:

3.1. No processo de candidatura abaixo identificado e que deu entrada ao abrigo da alínea b) do n. 3 do artigo 2º do citado regulamento, o rendimento global mensal do agregado familiar excede o valor equivalente a 2 (dois) salários mínimos nacionais (SMN's), nomeadamente:

Processo com o registo de entrada	1º Progenitor (Requerente)	NIF	2º Progenitor (Requerente)	NIF
E/5105/2016	Sónia Sofia Ferreira Franco	221286926	-----	-----

4. Considerando que dos 28 (vinte e oito) processos que deram entrada no 3º trimestre de 2016, ao abrigo da alínea a) ou b) do n.º 3 do artigo 2.º do citado regulamento, 23 (vinte e três) candidaturas cumprem as condições de atribuição do incentivo consagradas nas alíneas a) a f), do artigo 3.º do regulamento, e atendendo ao definido na alínea a) ou b) do artigo 4.º do regulamento mencionado, propõe-se a atribuição dos seguintes subsídios aos requerentes abaixo identificados:

Processo com o registo de entrada	1º Progenitor (Requerente)	NIF	2º Progenitor (Requerente)	NIF	Pagament o de 1ª tranche em 2016	Pagament o de 2ª tranche em 2016
E/5971/2016	Vanessa Filipa Pereira Costa	263674436	Tiago Nuno Soares Carreira	211182540	500€	500€
E/5986/2016	Sandra Cristina Gomes Carqueijeiro	204602351	Manuel João Capelo	211182575	125€	125€
E/5987/2016	Nuno Filipe Pinto Fernandes	219375305	Tânia Cristina Pereira Santos	213526336	125€	125€
E/6084/2016	Ana Cristina Roldão Ramos	206293640	Carlos Sequeira Oliveira	218652593	125€	125€
E/6122/2016	Pedro Luís da Silva Fernandes	217817858	Alexandra Marina Correia e Sousa	228666279	125€	125€
E/6169/2016	Margarida Filipa Coutinho Bárbara	236429752	Ricardo Jorge Dos Santos Pereira	227561899	125€	125€
E/6314/2016	Paulo David Alves Ferreira Gomes	224583557	Natália Rodrigues da Silva	253647479	125€	125€

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada nos dias
05 e 06/12/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 31

E/6836/2016	Teresa de Jesus Matos Sousa	200121278	Rui Manuel Sousa de Jesus Dos Santos	201376954	500€	500€
E/6676/2016	Rosangela Custódia da Costa	238863395	Filipe Ramos	210967935	125€	125€
E/7585/2016	Eduardo Luís filipe Monteiro	233849734	Maria Luís de Carvalho Vieira Monteiro	224261398	500€	500€
E/7616/2016	Sara Catarina Fernandes Cruz da Silva	228075181	Nelson Gonçalo Confraria da Silva	208584153	125€	125€
E/7653/2016	Miguel Jorge Carvalho Barreiros	232236100	Oksana Ryabykina	246278080	125€	125€
E/7722/2016	Catarina Alexandra Dias Prates	212762508	Fernando Gomes Serrano	203916123	500€	500€
E/7721/2016	Sónia Alexandra Reis Bernardo	222779241	Hélder Tomé da Silva Gouveia	237859017	125€	125€
E/7771/2016	Adriana Manuela Alves Coelho	212955357	Gil Lourenço Pereira	260471100	125€	125€
E/7787/2016	Tatiana Sofia Silva Fernandes	248381202	Roberto Esperança do Carmo	251489221	125€	125€
E/7844/2016	Odete da Conceição Lavaredas Paquincha	229908667	Nuno Miguel Carrilho Paiva	221589228	500€	500€
E/8031/2016	Nadiya Buhaychenko	235462438	Kostyantyn Buhaychenko	233404082	500€	500€
E/5711/2016	Susana Paula Filipe Costa	196939755	----- --	----- --	500€	500€
E/5988/2016	Marta Margarida da Cruz Lopes	246516917	----- ----	----- --	500€	500€
E/6514/2016	Jessica Vanessa de Sousa Nazaré	253330041	----- ----	----- --	125€	125€
E/6776/2016	Mónica Cristina Gomes Matias	205674240	----- ----	-----	500€	500€
E/7318/2016	Cristiana Filipa Gaspar André	235792039	----- ----	----- ----	125€	125€
E/7772/2016	Bárbara Carina Barosa Cordas	246943262	----- ----	----- -	500€	500€

Total 6625€ 6625€

5. Relativamente a 5 (cinco) processos abaixo identificados, que deram entrada no 3º trimestre de 2016 ao abrigo da alínea a) do n.º 3 do artigo 2.º do citado regulamento, decorre audiência prévia de acordo com o preceituado no n. 1 e do n. 2 do artigo 121º do Código do Procedimento Administrativo publicado em 7 de Janeiro de 2015, pelo que serão objeto de apreciação futura:

Processo com o registo de entrada	1º Progenitor (Requerente)	NIF	2º Progenitor (Requerente)	NIF
E/7927/2016	Cristiano Rafael da Silva Florêncio	218220570	Maria Cristina Silva Gonçalves	222588373
E/7644/2016	Paulo José Moiteiro Duarte	182919404	Ana sofia De Carvalho Reis	232512612
E/8158/2016	Liliia Povkh	288141709	Ihor Kuzyk	N/A
E/8161/2016	Carolina Sofia Sousa Carrilho	245135820	----- -----	----- -----

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada nos dias 05 e 06/12/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 31

E/7653/2016	Miguel Jorge Carvalho Barreiros	232236100	Oksana Ryabykina	246278080
-------------	---------------------------------	-----------	------------------	-----------

6. Deste modo e atendendo a que:

- a) Os processos originais a que se refere a informação se encontram na Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, com a respetiva documentação;
- b) A dotação financeira necessária está prevista na Ação 2014/A/75.

A Câmara Municipal analisou a presente informação e delibera, ao abrigo da alínea v) do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com o disposto no artigo 9.º do regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande, deferir 23 (vinte e três) candidaturas, mencionadas nesta deliberação, constantes nos documentos em anexo, e proceder ao pagamento do incentivo à natalidade ao primeiro progenitor requerente, nos processos abaixo identificados, calculado com base na alínea a) ou b) do artigo 4.º do Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no Concelho da Marinha Grande, nomeadamente:

Processo com o registo de entrada	1º Progenitor (Requerente)	NIF	2º Progenitor (Requerente)	NIF	Pagamento de 1ª tranche em 2016	Pagamento de 2ª tranche em 2016
E/5971/2016	Vanessa Filipa Pereira Costa	263674436	Tiago Nuno Soares Carreira	21182540	500€	500€
E/5986/2016	Sandra Cristina Gomes Carqueijeiro	204602351	Manuel João Capelo	21182575	125€	125€
E/5987/2016	Nuno Filipe Pinto Fernandes	219375305	Tânia Cristina Pereira Santos	213526336	125€	125€
E/6084/2016	Ana Cristina Roldão Ramos	206293640	Carlos Sequeira Oliveira	218652593	125€	125€
E/6122/2016	Pedro Luís da Silva Fernandes	217817858	Alexandra Marina Correia e Sousa	228666279	125€	125€
E/6169/2016	Margarida Filipa Coutinho Bárbara	236429752	Ricardo Jorge Dos Santos Pereira	227561899	125€	125€
E/6314/2016	Paulo David Alves Ferreira Gomes	224583557	Natália Rodrigues da Silva	253647479	125€	125€
E/6836/2016	Teresa de Jesus Matos Sousa	200121278	Rui Manuel Sousa de Jesus Dos Santos	201376954	500€	500€
E/6676/2016	Rosangela Custódia da Costa	238863395	Filipe Ramos	210967935	125€	125€
E/7585/2016	Eduardo Luís Filipe Monteiro	233849734	Maria Luís de Carvalho Vieira Monteiro	224261398	500€	500€
E/7616/2016	Sara Catarina Fernandes Cruz da Silva	228075181	Nelson Gonçalo Confraria da Silva	208584153	125€	125€
E/7722/2016	Catarina Alexandra Dias Prates	212762508	Fernando Gomes Serrano	203916123	500€	500€
E/7721/2016	Sónia Alexandra Reis Bernardo	222779241	Hélder Tomé da Silva Gouveia	237859017	125€	125€

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada nos dias 05 e 06/12/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 31

E/7771/2016	Adriana Manuela Alves Coelho	212955357	Gil Lourenço Pereira	260471100	125€	125€
E/7787/2016	Tatiana Sofia Silva Fernandes	248381202	Roberto Esperança do Carmo	251489221	125€	125€
E/7844/2016	Odete da Conceição Lavaredas Paquincha	229908667	Nuno Miguel Carrilho Paiva	221589228	500€	500€
E/8031/2016	Nadiya Buhaychenko	235462438	Kostyantyn Buhaychenko	233404082	500€	500€
E/5711/2016	Susana Paula Filipe Costa	196939755	-----	----- --	500€	500€
E/5988/2016	Marta Margarida da Cruz Lopes	246516917	----- ---	----- --	500€	500€
E/6514/2016	Jessica Vanessa de Sousa Nazaré	253330041	----- --	----- --	125€	125€
E/6776/2016	Mónica Cristina Gomes Matias	205674240	----- ---	-----	500€	500€
E/7318/2016	Cristiana Filipa Gaspar André	235792039	----- ---	----- ---	125€	125€
E/7772/2016	Bárbara Carina Barosa Cordas	246943262	----- ---	----- -	500€	500€

Total 6625€ 6625€

Delibera ainda o indeferimento de 5 candidaturas, relativamente às quais foi feita audiência prévia de acordo com o preceituado no n. 1 e do n. 2 do artigo 121º do Código do Procedimento Administrativo publicado em 7 de Janeiro de 2015, pelos motivos acima mencionados.

Processo com o registo de entrada	1º Progenitor (Requerente)	NIF	2º Progenitor (Requerente)	NIF
E/10833/2015	Paula Cristina Jesus Oliveira	196813964	Paulo José da Cunha dos Santos	177636785
E/2484/2016	Ana Lúcia Serra Natário	169386392	Alexandre Miguel Nunes Vitorino	218038810
E/2319/2016	Marco Alexandre Marques da Silva	232977534	Ana Patrícia Quinta da Fonseca	294154348
E/979/2016	Gonçalo José Ribeiro da Silva Gomes	166360481	Helena Isabel Cordeiro Dias de Santo António Gomes	185622534
E/5105/2016	Sónia Sofia Ferreira Franco	221286926	-----	-----

Mais delibera definir as datas limite de entrega dos documentos comprovativos de despesa, a saber:

Data limite de entrega de documentos para 1.ª Tranche	Até 12/12/2016
Data limite de entrega de documentos para 2.ª Tranche	Até 19/12/2016

Por fim, delibera que a não apresentação dos referidos documentos dentro dos prazos estabelecidos, determina a caducidade automática da presente deliberação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Entendo que os critérios de atribuição previstos no artigo 4.º não são ajustados. Partem de um rendimento mensal dos agregados familiares e não consideram um rendimento per capita (por cabeça) aquele que permite perceber a relação do rendimento do agregado por cada elemento que o constitui. Ora, 1.000 € de rendimento de um agregado pode ser um rendimento razoável se ele for constituído apenas por duas pessoas mas será seguramente baixo se ele tiver oito pessoas. A análise da condição económica do agregado, que determinará o valor do apoio, será desajustada, injusta. Contudo, apesar destes pontos, considera-se favorável que a proposta agora apresentada pelo executivo permanente, contemple a noção de discriminação positiva na aplicação desta medida política que era uma das críticas que o Movimento pela Marinha sempre fez ao anterior regulamento.”

18 - APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO POOLNET – PORTUGUESE TOOLING NETWORK, NO ÂMBITO DA PROMOÇÃO DA MARCA “ENGINEERING & TOOLING FROM PORTUGAL” E DA “SEMANA DE MOLDES”

790 - Presente a informação nº I/1625/2016 de 14 de outubro de 2016, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, Área de Relações Externas e Cooperação, que aqui se dá por integralmente reproduzida e que fica anexa à ata, na sequência do pedido de apoio financeiro da Associação PoolNet – Portuguese Tooling Network” no âmbito da sua atividade de promoção da marca “Engineering & Tooling From Portugal” e da “Semana de Moldes”, cuja organização resulta da parceria entre esta Associação, a CEFAMOL – Associação Nacional da Indústria Moldes, o CENTIMFE – Centro Tecnológico da Indústria de Moldes, Ferramentas Especiais e Plásticos, com a participação da incubadora de empresas OPEN e com o apoio ativo do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal apreciou a informação supra referida e, reconhecendo a relevância internacional da marca coletiva “*Engineering & Tooling from Portugal*”, enquanto instrumento da maior importância em matéria de comunicação, de âmbito internacional, que permite valorizar, não apenas a imagem e competências do “Cluster” mas, também, o território que lhe dá suporte e significado institucional, no caso concreto, a Marinha Grande, e tendo em conta que a Semana de Moldes permite confirmar, ano após ano, a sua posição já incontornável, enquanto fonte de conhecimento e de estímulo ao reforço de uma identidade muito associada à inovação tecnológica e à excelência criativa que caracteriza os empresários e empreendedores da Marinha Grande, delibera conceder um apoio financeiro no valor de 5.000€ (cinco mil euros), à Associação PoolNet – Portuguese Tooling Network” no âmbito da promoção da marca “Engineering & Tooling From Portugal” e da “Semana de Moldes”, prevista na classificação orgânica/económica 0103/040701, ao abrigo da atribuição conferida pelo artº 23º, nº 2, alínea m) e da

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada nos dias
05 e 06/12/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 31

competência conferida pelo art.º 33º n.º 1 alínea ff) da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual.

A entidade beneficiária deverá ainda evidenciar a realização/concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e apresentar relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objeto, até 31 de janeiro de 2017, sujeito a validação técnica e submetido superiormente pelo Técnico Superior, Dr. Luís Barreiros Oliveira.

A presente deliberação foi tomada por maioria, com 6votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereadora Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política concelhia de apoios financeiros às associações, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização das actividades. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendo abster-me nesta votação.”

19 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia dois de dezembro de dois mil e dezasseis, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**:

13.369.060,40 € (treze milhões, trezentos e sessenta e nove mil e sessenta euros e quarenta cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

A reunião foi interrompida pelas 13:30 horas do dia 05/12/2016.

Foi retomada no dia seguinte, pelas 11:20 horas, com a presença de todos os membros do executivo, com vista a analisar o ponto 15, cuja apreciação havia sido suspensa.

15 - “TRANSPORTES ESCOLARES E DE INTERESSE MUNICIPAL E RELEVANTE NO ÂMBITO DE PROJETOS EDUCATIVOS, CULTURAIS, SOCIAIS E DESPORTIVOS APOIADOS PELO MUNICÍPIO - ANO 2017”. ABERTURA DE PROCEDIMENTO.

O Sr. Presidente esteve ausente, tendo em conta que no dia 05/12/2016, quando se iniciou a discussão deste ponto, havia comunicado o seu impedimento, nos termos do previsto no artigo 69.º, n.º 1, alínea a) do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que é o Presidente do Conselho de Administração da TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande E.M. Unipessoal, S.A..

Declarado o impedimento, nos termos do artigo 70.º, n.º 4, do mencionado Código, o Sr. Presidente foi substituído pela Sr.ª Vice-Presidente.

A **Sr.ª Vice-Presidente** agradeceu a presença de todos e referiu que procurou esclarecer as questões suscitadas ontem.

Assim, informou o seguinte:

- Consultou a TUMG e ficou ainda mais esclarecida, embora já estivesse antes;
- Pediu à Administradora da TUMG, caso seja necessário, que venha à reunião prestar mais esclarecimentos;
- Confirmou que não há qualquer ilegalidade;
- Está-se a fazer uma consulta à TUMG para os transportes escolares e não uma adjudicação;
- A prestação de serviços visa o transporte dos alunos do 2.º e 3.º ciclo do ensino básico, o transporte para as refeições e CAAF's e o transporte para atividades escolares;

- O serviço de complementaridade prestado pela TUMG abrange uma componente de apoio, que vai para além do próprio transporte, visitas pontuais a empresas, monumentos, etc.,. Permite ainda a gestão e articulação com os horários escolares, e contempla a elaboração de mapas estatísticos;
- Está prevista uma verba “almofada” para eventuais necessidades, uma vez que este ano os dias letivos são mais;
- A TUMG não tem que devolver verba porque só recebe pelos serviços prestados.

Depois de prestar estas informações, a **Sr.ª Vice-Presidente** perguntou se os Srs. Vereadores estão em condições de votar a consulta à TUMG para a adjudicação dos transportes escolares.

O **Sr. Vereador António Santos** disse que da sua parte pode passar à votação.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** disse que gostaria de ter mais dados, mas já percebeu que não vai tê-los.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** insistiu na afirmação de que aquilo que se faz com a TUMG é ilegal e é uma subsídio.

A **Sr.ª Vice-Presidente** disse que é falso que exista qualquer subsídio através do contrato a celebrar, e as contas da TUMG são auditadas.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** disse que para além do transporte há a componente de acompanhamento e a componente de gestão deste serviço que a TUMG faz e pelas quais tem que ser paga, senão teria que ser a Câmara a fazê-lo. Trata-se de uma consulta e não constitui ilegalidade nenhuma nem há qualquer crime, por isso vai votar favoravelmente a proposta. Agradece que quando for para votar a adjudicação ela venha devidamente fundamentada para votar em consciência.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** disse que subscreve na íntegra o raciocínio do Vereador Vítor, que considera ter sido bem claro.

Como já viu que não vale a pena demover o Vereador Logrado da sua ideia, pediu à **Sr.ª Vice-Presidente** que passe à frente, peça esclarecimentos à **Dr.ª Fátima**, se assim o entender, ou então que avance para a votação.

Tendo em conta que a Dr.ª Fátima Cardoso já não se encontrava presente, a Sr.ª Vice-Presidente pôs a votação a seguinte proposta:

791 - Presente a informação I/1982/2016, da DCD - Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, na qual se manifesta a necessidade da contratualização dos “*Transportes escolares e de Interesse Municipal e Relevante no Âmbito de Projetos Educativos, Culturais, Sociais e Desportivos Apoiados pelo Município - Ano 2017*”.

Considerando que a contratação do serviço à empresa municipal TUMG-TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, E.M. UNIPessoal S.A. não carece de procedimento para a formação de contratos por se tratar de contratação excluída, nos termos do disposto no artigo 5.º, n.º 2 do Código dos Contratos Públicos, que preceitua que:

“(...)a parte II do presente Código não é aplicável à formação de contratos, independentemente do seu objecto, a celebrar por entidades adjudicantes com uma outra entidade, desde que:

- a) A entidade adjudicante exerça sobre a actividade desta, isoladamente ou em conjunto com outras entidades adjudicantes, um controlo análogo ao que exerce sobre os seus próprios serviços.*
- b) Esta entidade desenvolva o essencial da sua actividade em benefício de uma ou várias entidades adjudicantes que exerçam sobre ela o controlo análogo referido na alínea anterior (...).”*

Considerando que, face ao exposto, pode efetuar-se a contratualização da aquisição de serviços diretamente junto da empresa municipal TUMG-TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, E.M. UNIPessoal S.A. por reunir cumulativamente os seguintes requisitos:

- O Município exerce sobre a empresa municipal o mesmo tipo de controlo que exerce sobre os seus serviços e no caso em apreço acresce ainda que o Município da Marinha Grande detém 100% do capital social da mesma.
- A empresa municipal TUMG-TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, E.M. UNIPessoal S.A. realiza a maior parte dos seus serviços com o Município.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 8 do artigo 35.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2016, não estão sujeitas ao disposto nos números 1 e 5 do artigo 35.º do mesmo diploma, isto é, não estão sujeitas a parecer prévio vinculativo: *“(...)A celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos ou serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação do n.º 1(...).”* em conjugação com a alínea b) do n.º 3 do mesmo artigo.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2016 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2017 para a contratação dos *“Transportes escolares e de Interesse Municipal e Relevante no Âmbito de Projetos Educativos, Culturais, Sociais e Desportivos Apoiados pelo Município - Ano 2017”*, na classificação orgânica/económica 0103/020210, ação do PAM 2014/A/178, sendo o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar, pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar, de 263.809,80 euros, acrescidos de IVA à taxa de 6%.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 15/12/2015, deliberou conceder autorização genérica prévia

favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação anexa ao processo.

Assim, a Câmara Municipal, concordando com a proposta dos serviços, de acordo com o artigo 18º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de Junho, o artigo 33º, n.º 1, alínea f) e dd) da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, e de acordo com o artigo 5.º, n.º 2 do Código dos Contratos Públicos, delibera:

- Autorizar a realização da despesa subjacente ao contrato até ao limite de 263.809,80 euros, acrescidos de IVA à taxa de 6%;
- Tomar a decisão de contratar com vista à satisfação das necessidades identificadas;
- Excluir a celebração do contrato dos *“Transportes escolares e de Interesse Municipal e Relevante no Âmbito de Projetos Educativos, Culturais, Sociais e Desportivos Apoiados pelo Município - Ano 2017”* de procedimento para a formação de contratos, nos termos do artigo 5.º, n.º 2 do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 2 votos contra dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Carlos Logrado.

O Sr. Vereador António Santos proferiu a seguinte declaração de voto:

“Votei favoravelmente este ponto porque não o fazer era estar a pôr em causa o transporte escolar do ano de 2017 para os alunos do 2.º e 3.º ciclo do ensino básico.

A TUMG foi uma instituição criada em 2007/2008 pela gerência da edilidade da CDU e sei as dificuldades levantadas para a sua criação.

Voto favoravelmente porque as contas estão auditadas pelo Revisor Oficial de Contas aprovado pela Assembleia Municipal.

Pela discussão tida nesta mesa há que repensar se se deve ou não dar continuidade à TUMG.

Podemos, a priori, considerar se devemos incorporá-la ou não na Câmara ou dar continuidade à TUMG.”

O Sr. Vereador Carlos Logrado proferiu a seguinte declaração de voto:

“Votar favoravelmente esta deliberação de consulta exclusiva à Empresa Municipal TUMG é ser consciente e conivente com uma ilegalidade grosseira de subsidiação encapotada a uma empresa municipal.”

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

“A necessidade de contratar os transportes escolares para 2017, assunto de interesse municipal, é uma obrigação da câmara no âmbito das suas competências. Sabemos há muito que este procedimento deveria ter sido iniciado para garantir que a 1 de Janeiro

estavam assegurados os transportes escolares. Como nos outros anos (e noutras matérias) a Câmara não prepara atempadamente os dossiers e estamos a pouco mais de vinte dias (com o Natal pelo meio) e ainda não foi lançado este procedimento. Se forem verificados todos os procedimentos da contratação pública, naturalmente já não será possível ter transportes escolares no início do ano. Infelizmente esta tem sido a prática seguida.

Da informação técnica entendemos todo o enquadramento, a justificação e os cálculos/valores dos transportes a contratar. A previsão total dos custos é de € 248.739,39. No entanto, a proposta de deliberação refere um preço base de € 263.809,80, ou seja cerca de 6% (€ 15.000,00) mais elevado, com o argumento de que devemos calcular em função de 2015 e não basta seguirmos os valores do ano passado, que foram mais baixos.

Para além disso, não é referido a entidade a convidar. Mas a proposta de deliberação indica que a contratação do serviço será feita à empresa TUMG, referindo que “não carece de procedimento para a formação de contratos”.

Não temos quaisquer orçamentos ou referências a preços de mercado e, pelo histórico, os valores que pagamos à TUMG são superiores aos valores de mercado. Ou seja, o executivo permanente vai contratar à TUMG quando poderia contratualizar o mesmo serviço, aos mesmos prestadores de serviço, por valores mais baixos.

Qual a vantagem da contratação “in-house”? Que ganhos de eficiência e eficácia traz a entidade empresarial municipal para o processo quando o Município irá pagar pelo serviço, à partida (face à informação disponibilizada), um valor superior àquele que iria pagar se o processo seguisse os trâmites da contratação pública a uma entidade externa?

Entendo que deveríamos ter um valor de mercado e fazer um concurso público com as regras da contratação pública. Doutra forma considero existir uma má utilização de dinheiros públicos expressa na aquisição de um serviço a um valor superior àquele que teríamos se recorrêssemos ao mercado. Percebemos que este tipo de opções políticas pode ter o propósito de se constituir como uma forma indireta de custear a manutenção de uma entidade empresarial cujo objeto se centra na questão dos transportes e que merecerá toda uma reflexão sobre o sentido da sua existência. Se a sua sobrevivência reside fundamentalmente na contratação dos serviços que o Município lhe realiza, há que refletir. Se a CMMG executasse o cumprimento das suas tarefas neste domínio será que não o realizaria com custos menos onerosos para o erário público e não seria mais eficaz?

Por essa razão entendo votar contra nesta votação.”

O Sr. Vereador Vítor Pereira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Votámos favoravelmente a proposta apresentada no pressuposto que a proposta não constitui qualquer tipo de contratação mas tão somente uma consulta à Empresa Municipal TUMG.

A contratação e os respetivos valores serão objeto de deliberação posterior desta Câmara Municipal.

Os motivos do voto favorável, de forma a não sermos repetitivos, são aqueles que constam das nossas afirmações nesta reunião e que ficaram devidamente gravados.

Importa dizer igualmente que suportamos as nossas decisões no princípio do cumprimento da legalidade e no benefício dos munícipes marinhenses, independentemente dos atrasos e

